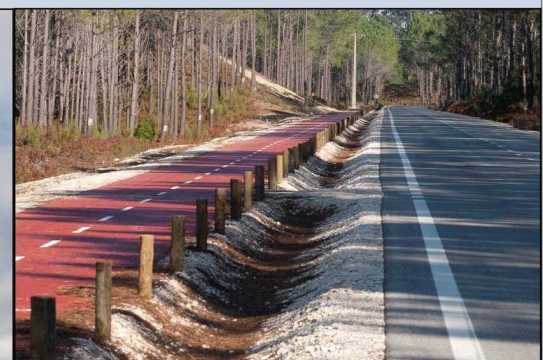


Relatório de Gestão

Prestação de contas Consolidadas



2013





ÍNDICE

I. RELATÓRIO GESTÃO CONSOLIDADO	3
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	4
1.1. REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	4
1.2. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	5
2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	6
2.1. ANÁLISE ECONÓMICA	6
2.1.1. PROVEITOS	6
2.1.1.1. Estrutura de proveitos	6
2.1.1.2. Evolução dos proveitos	7
2.1.2. CUSTOS	8
2.1.2.1. Estrutura de custos	8
2.1.2.2. Evolução dos custos	9
2.1.3. RESULTADOS	10
2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA	11
2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS	11
2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS	12
3. DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL	13
4. EVOLUÇÃO DO PESSOAL	14
5. OUTRAS DISPOSIÇÕES	15
5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ACTIVIDADE	15
5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	15
II – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	17
6. BALANÇO CONSOLIDADO	18
7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO	20
8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	21
9. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	23
9.1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	23
9.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	24
9.3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	24
9.4. RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	25
9.5. RELATIVAS A DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	26
9.6. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS	26
9.7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	27
9.8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS	27
9.9. INFORMAÇÕES DIVERSAS	30
9.10. LANÇAMENTO DE ANULAÇÃO DOS MOVIMENTOS REALIZADOS ENTRE AS ENTIDADES	30
9.11. ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO	32
9.12. AMORTIZAÇÕES CONSOLIDADAS	33
9.13. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONSOLIDADAS	33
9.14. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS	34
9.15. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADOS	34
9.16. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS CONSOLIDADOS	34
III. ENCERRAMENTO	35
IV. TERMO DE APROVAÇÃO FINAL	35



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
Ano financeiro de 2013

**RELATÓRIO
DE GESTÃO
CONSOLIDADO**



1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. REGRAS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), actualmente revogada pela Lei 73/2013 de 03 de Setembro, tinha estabelecido a obrigatoriedade de consolidação de contas para os municípios que detinham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local.

A Orientação nº 1/2010 aprovada pela portaria 474/2010 de 01 de Julho, veio estabelecer, um novo conjunto de princípios enquadramentos, que estão subjacentes à consolidação de contas das entidades integradas no sector público administrativo.

De acordo com a mesma Orientação, as demonstrações financeiras consolidadas devem reflectir a consolidação de contas da entidade consolidante (Município) com as entidades controladas, sob as quais o Município exerce determinadas condições de poder e de resultado, e que a Orientação 1/2010, tão bem define no seu ponto 5.1.

Até 2012, o Município de Pombal, consolidou as suas contas apenas com a empresa PMUGEST Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EEM, por ser a única entidade com 100% do capital detido pelo Município, única condição imposta pela Lei 02/2007 e que a Portaria 474/2010, por imperativo legal, não revogou.

A Lei 73/2013 de 03 de Setembro que veio estabelecer o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, revogando a anterior Lei das Finanças Locais (Lei 02/2007 e 15/01), define no seu Artº 75º as regras orientadoras para a elaboração da Consolidação de Contas dos Municípios, entidades intermunicipais e as suas entidades associativas com as entidades detidas ou participadas.

Reconhecendo a necessidade de obter uma análise integrada do conjunto das actividades desenvolvidas e ainda à necessidade de tornar a informação objectiva e transparente, o Município de Pombal entendeu adaptar já para o ano económico de 2013, as regras estabelecidas no Artº 75º da Lei 73/2013, que entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2014, antecipando a integração da empresa PombalProf – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda, no seu perímetro de consolidação.

Assim, estabelece o Artº 75º da Lei 73/2013 que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentem contas consolidadas com as entidades controladas ou participadas, passando esse conjunto de entidades, a designar-se Grupo Autárquico.

Como entidades controladas consideram-se, nos termos da nova Lei, as entidades sob as quais o Município exerce controlo, de forma directa ou



indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

Presume-se, ainda a existência de controlo quando se verifique pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- a) A faculdade de vetar os orçamentos;
- b) A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- c) A detenção da titularidade dos activos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- d) A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objectivos próprios;
- e) A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Também as comunidades intermunicipais consolidam as suas contas com os Municípios, na proporção da participação ou detenção, independentemente da percentagem do Município, como estabelece o nº 6 do Artº 75º.

A CIMRL - Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, da qual é sócio o Município de Pombal, foi constituída em 01 de Janeiro de 2014. Assim, as suas contas serão consolidadas com as do Município, após o fecho do ano económico de 2014.

Concluindo, promoveu-se a consolidação de contas das entidades do sector empresarial local, a PMUGEST, EEM e a PombalProf, Lda.

1.2. ELEMENTOS DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

À luz do nº 7 do Artº 75º, os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa de Fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas que inclui:
 - o Saldos e fluxos financeiros entre as Entidades alvo da consolidação;
 - o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e
 - o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

2. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

2.1. ANÁLISE ECONÓMICA

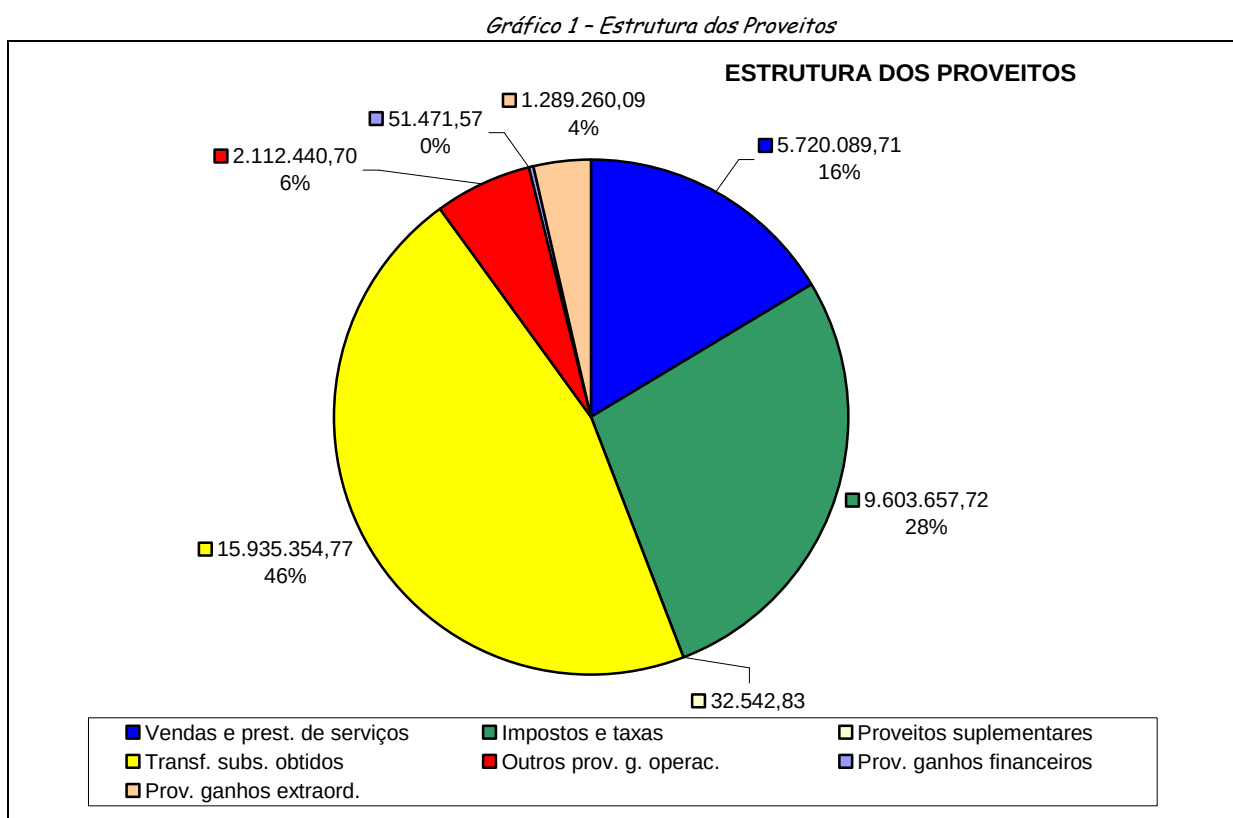
A análise que se segue, demonstra a estrutura e evolução de 2012 para 2013, dos custos e proveitos das entidades que integram o Grupo Autárquico.

Da leitura da evolução preconizada entre 2012 e 2013, deve-se considerar que o ano de 2012 não inclui os custos e proveitos da PombalProf devido as suas contas, nesse ano, estarem dispensadas da consolidação, nos termos da Lei 02/2007 de 15/01 em vigor nesse período e entretanto revogada pela Lei 73/2013 de 03/09.

2.1.1. PROVEITOS

2.1.1.1. Estrutura de proveitos

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Proveitos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:

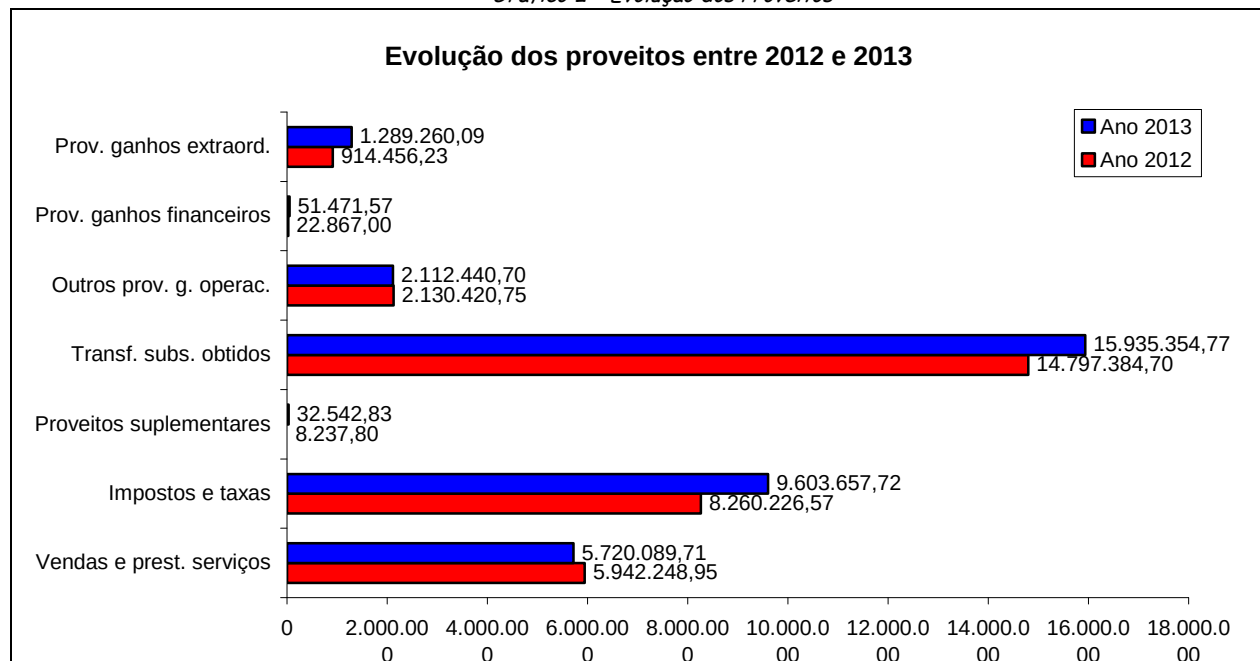


No gráfico, há que salientar o peso que as Transferências e Subsídios Obtidos e os Impostos e Taxas, assumem no total dos Proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 74% dos proveitos do grupo Autárquico.

2.1.1.2. Evolução dos proveitos

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Proveitos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico 2 - Evolução dos Proveitos



Destacam-se neste quadro o aumento dos impostos e taxas, relativamente ao ano de 2012, facto imputado exclusivamente ao Município, com especial relevância para o aumento do IMI, consequência da reavaliação dos prédios urbanos realizada a nível nacional e do aumento das transferências e subsídios obtidos, devido ao aumento de percentagem do FEF corrente em detrimento do FEF de capital, de 60% para 80%, resultado da alteração preconizada pela Lei 64-B/2011 de 30/12 (LOE para 2012) no Artº 25º da Lei 2/2007 de 15/01 (LFL), que aumentou as Transferências Correntes em € 2.188.936,00, relativamente ao ano de 2012.

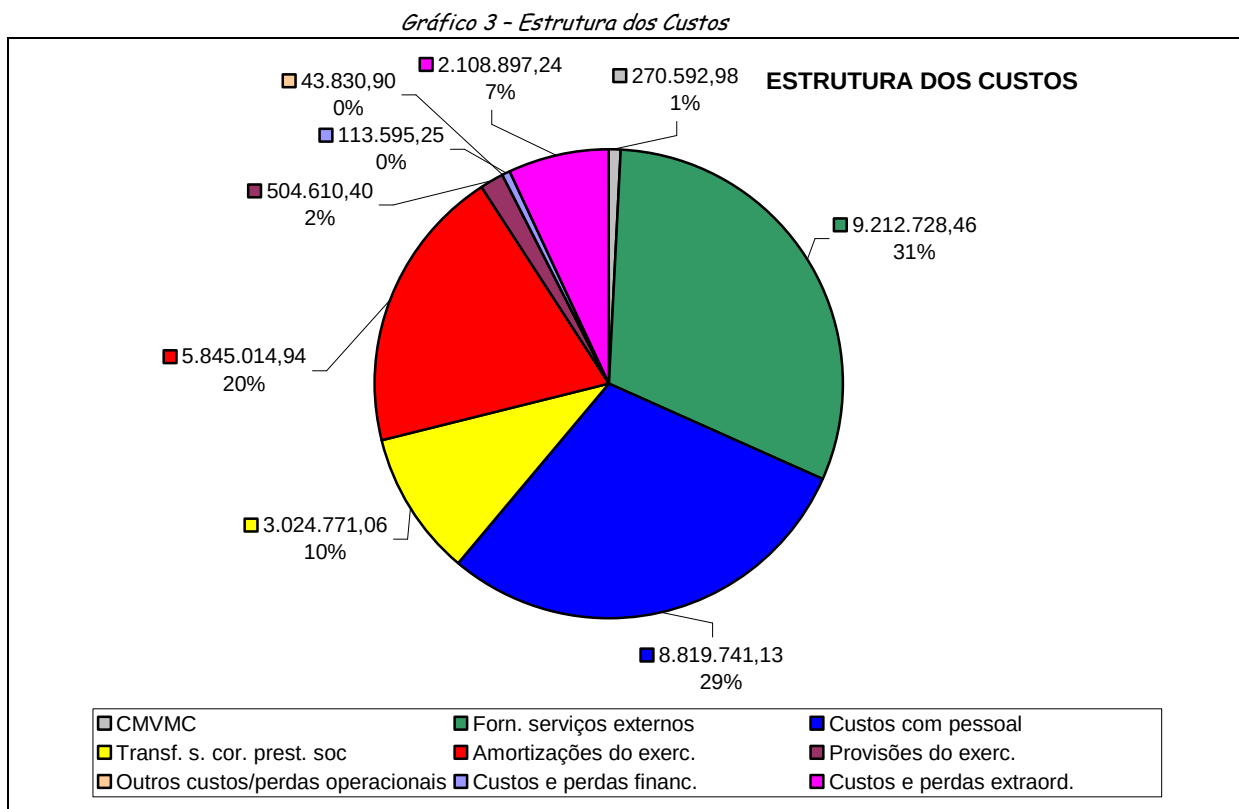
De forma generalizada para as entidades consolidadas, ocorreu uma redução nas Vendas e Serviços prestados, apesar de pouco significativa (3,7%) para o valor global dos proveitos.

Como foi mencionado no ponto 2.1, a leitura à evolução verificada entre 2012 e 2013, deve ter em conta um factor importante relacionado com o ano de 2012, cujo exercício consolidou apenas as contas do Município com a PMUGest.

2.1.2. CUSTOS

2.1.2.1. Estrutura de custos

O Gráfico seguinte representa a estrutura dos Custos Consolidados, patentes no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados:



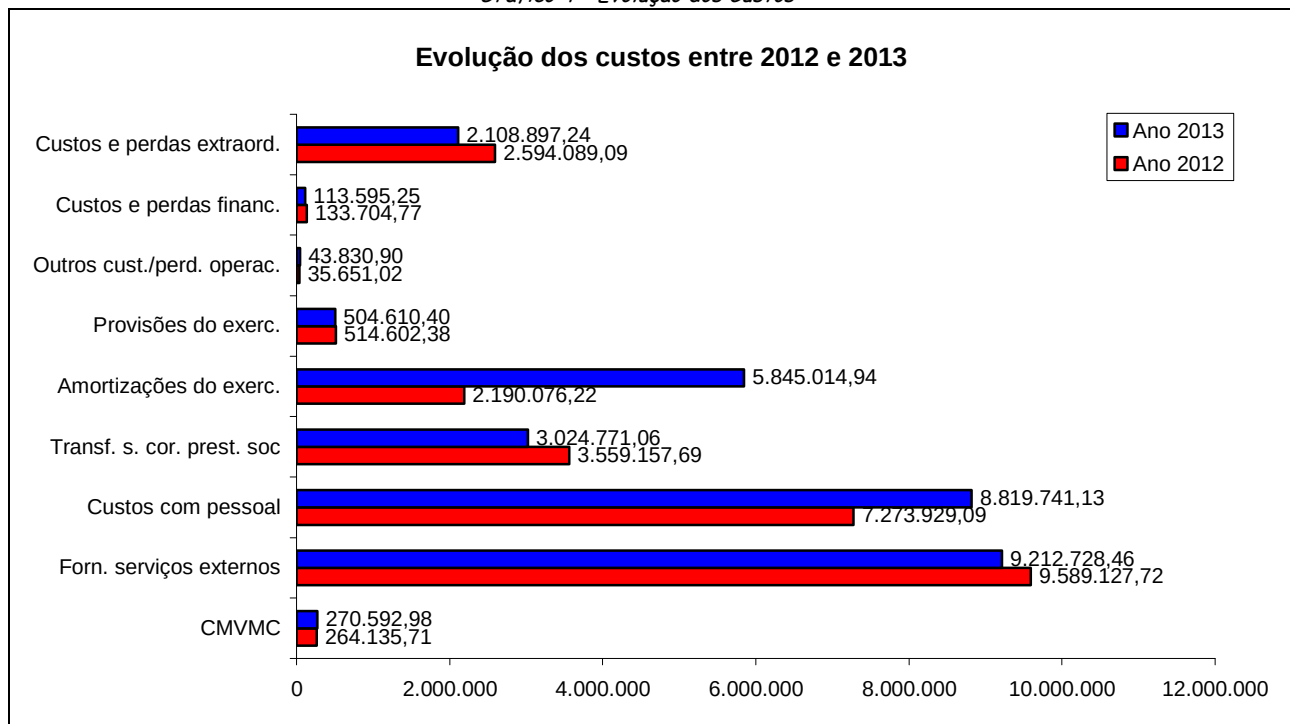
Da leitura do gráfico, percebe-se que os custos com mais impacto no Grupo Autárquico, são os Fornecimentos e Serviços Externos que, numa óptica orçamental, se designam como despesas correntes, e as despesas com pessoal.

Em termos patrimoniais, as aquisições ou beneficiações em bens de investimento, inscritas no Balanço em Imobilizado, não reportam na totalidade para os custos do exercício, mas apenas a sua quota de amortização anual, apurada ao longo da sua vida útil.

2.1.2.2. Evolução dos custos

O Gráfico seguinte representa a evolução dos Custos Consolidados, patente no mapa das Demonstrações dos Resultados Consolidados.

Gráfico 4 - Evolução dos Custos



Destacam-se no gráfico acima, o aumento significativo das amortizações do exercício, resultado da inventariação dos bens de domínio público nas áreas de Aguas, Saneamento, Rede Viária e Cemitérios, ocorrido no Município durante o ano de 2013.

Quanto a despesa com Pessoal, o aumento verificado justifica-se pelos seguintes factores:

- inclusão dos gastos com pessoal da Pombal Prof (em 2012 esta entidade não entrou no perímetro de consolidação);
- aumento da estimativa de encargos com férias (em 2012 tinha sido considerado no valor da estimativa o corte previsto no OE para 2013); e
- aumento das taxas contributivas para a caixa geral de aposentações e para a segurança social, por via do OE para 2013

2.1.3. RESULTADOS

De seguida demonstra-se os resultados a preços correntes, patentes na Demonstrações de Resultados consolidados e a sua variação de 2012 para 2013.

Quadro 1 - Variação dos Resultados

Resultado Operacional	2012	2013	var. (%)
Total	7.711.838,94	5.682.794,86	-26,31
uni: Euro			
Resultado Financeiro	2012	2013	var. (%)
Total	-110.838,77	-62.123,68	-43,95
uni: Euro			
Resultado Corrente	2012	2013	var. (%)
Total	7.601.000,17	5.620.672,18	-26,05
uni: Euro			
Resultado Líquido do Exercício	2012	2013	var. (%)
Total	5.895.809,29	4.796.791,02	-18,64

Neste capítulo, a redução significativa dos resultados operacionais, que determinou também uma redução nos resultados correntes, deveu-se essencialmente às amortizações do exercício efectuadas no Município, resultado da inventariação bens de domínio público, nas áreas de Aguas, Saneamento, Rede Viária e Cemitérios, e que em 2013, aumentaram cerca de 170%.

2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA

2.2.1. ALGUNS INDICADORES FINANCEIROS

Apresenta-se de seguida alguns indicadores financeiros.

Quadro 2 - Indicadores Financeiros

Designações	Exercícios	
	2013	2012
(Fundo de Maneio)	3.471.586,20 €	6.438.427,97 €
(Cash Flow Estático (MLL))	11.146.416,36 €	8.600.487,89 €
1. Estabilidade		
1.1 Solvabilidade	2,43	2,36
1.2 Autonomia	0,59	0,58
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,59	0,58
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,62	0,63
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	93,23%	92,13%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	1,32	2,30
3.2 Liquidez Reduzida	1,31	2,28
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,70	0,74
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	2,05	1,26
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	11,50	16,87

Como se pode verificar pelo quadro acima, a generalidade dos indicadores apresentados apresentam uma evolução positiva, destacando-se:

- aumento de cerca 2,5 milhões de euros nos cash flows (meios libertos líquidos), o que corresponde a um acréscimo de 30% face a 2012;
- melhoria nos indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, este último a atingir um valor próximo dos 60%.

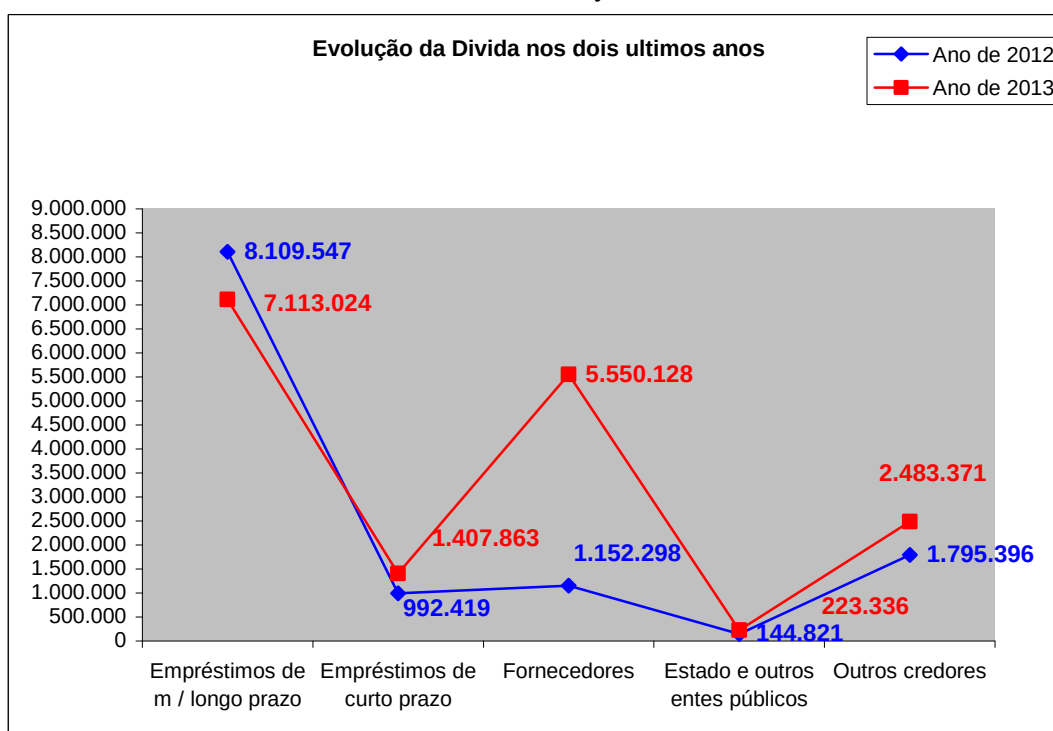
Em sentido decrescente, realce para a redução ocorrida nos indicadores de liquidez, a qual está associada aos aumentos verificados nas dívidas a pagar a fornecedores, conforme será descrito no ponto seguinte. No entanto, mesmo apesar dessa redução, apresentam valores acima de 1, ou seja, os activos correntes suplantam os passivos correntes.

2.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresentamos a evolução da dívida do Grupo Autárquico reportada no Balanço Consolidado dos últimos 2 anos, estruturada entre dívida a fornecedores, Estado e outros entes públicos, outros credores, empréstimos de curto prazo e de médio/longo prazo.

Na rubrica "Empréstimos de curto prazo" inscrito no Passivo do Balanço, o saldo aí inscrito inclui os encargos com amortizações dos empréstimos de médio/longo prazos contratados pelo Município, a serem liquidados em 2014, daí a sua natureza de dívida de curto prazo, inferior a um ano.

Gráfico 5 - Evolução da Dívida



O aumento destacado da dívida da fornecedores, deveu-se essencialmente, no Município, ao elevado grau de execução das obras financiadas pelo Quadro Comunitário POVT, cuja transferência para o Município da respectiva comparticipação comunitária nos últimos dias do ano, não permitiu o pagamento atempado ainda em 2013 e consequente aumento da dívida de curto prazo, destacando-se a dívida a Empreiteiros, no final do ano, em € 3.992.170,31

Importa, mais uma vez, referenciar que em 2012 não foi consolidada as contas da PombalProf, sendo o dívida a terceiros referenciada nesse ano, imputada apenas ao Município e a PMUGest.

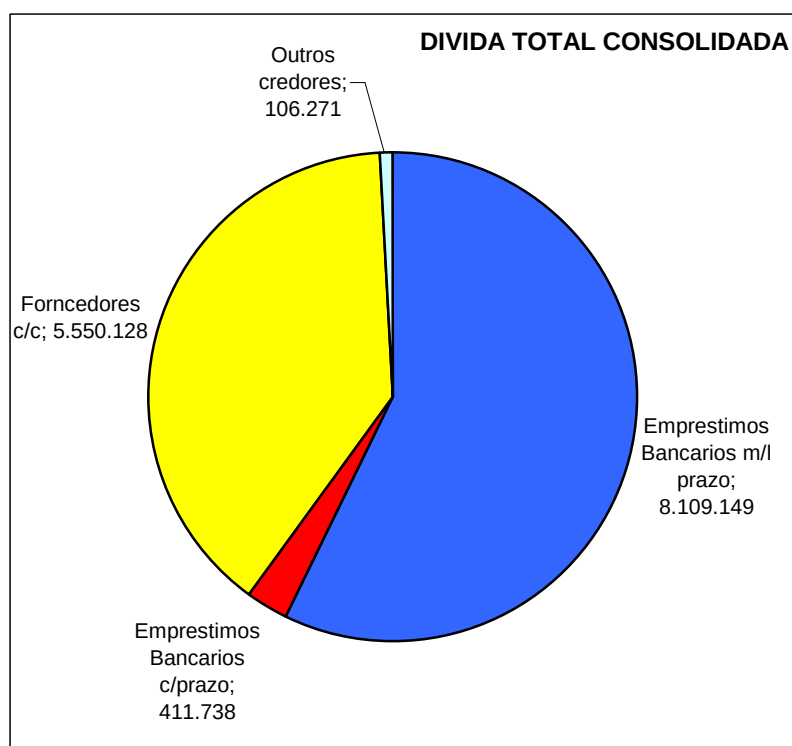
Outros Credores, inclui as cauções prestadas pelos empreiteiros e fornecedores a favor do Município no valor total € 2.380.933,45, não contando para efeitos de dívida de curto prazo.



3. DÍVIDA TOTAL MUNICIPAL

Apresentamos a dívida total consolidada de operações orçamentais, calculada nos termos o nº 2 do Artº 52º da Lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades.

Gráfico 6 - Dívida Total Consolidada



O dívida total consolidada de operações orçamentais está patente no mapa inscrito no ponto 9.5, e resume-se ao valor total consolidado de € 14.177.285, excluindo as operações de tesouraria e abatendo os saldos devedores e credores, no valor de € 151.820,28, existentes entre as entidades consolidadas.

4. EVOLUÇÃO DO PESSOAL

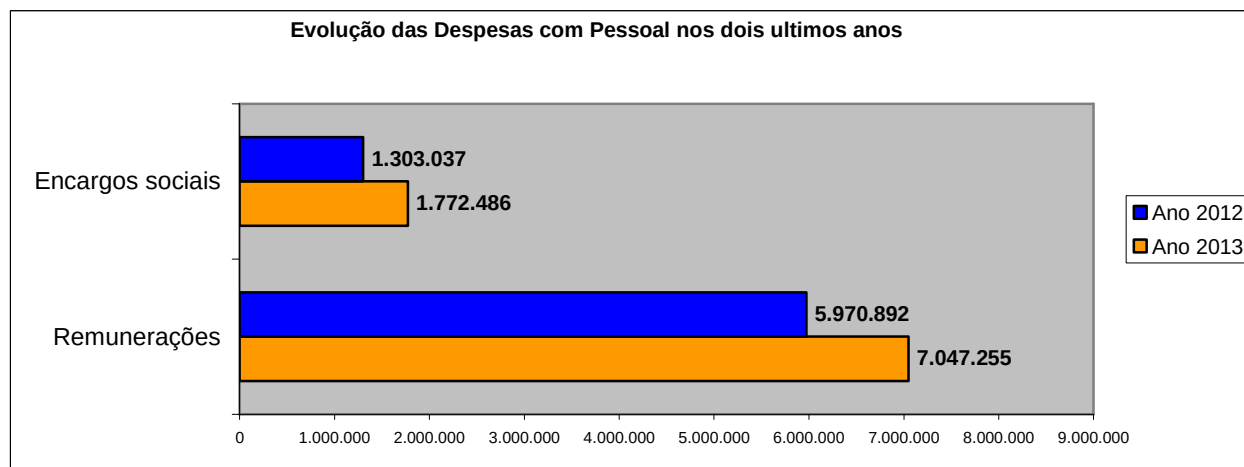
Em 31 de Dezembro, o Grupo Autárquico, apresentava o seguinte número de trabalhadores, afectos a cada uma das Entidades:

- Município de Pombal
- Número de Trabalhadores: 441
- Denominação: PMUGest, E.E.M.
- Número de Trabalhadores: 64
- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda
- Número de Trabalhadores: 32

As despesas com Pessoal estão inscritas no mapa de Demonstração de Resultados Consolidados, separadas em Remunerações e Encargos Sociais

A sua evolução nos dois últimos anos, é a seguinte, com a ressalva de que em 2012, não estão inscritas as despesas com pessoal da PombalProf.

Gráfico 7 - Evolução das Despesas com Pessoal





5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1. EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA ACTIVIDADE

A evolução previsível da actividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, nomeadamente, no Orçamento para 2014, e nas Opções do Plano para o quadriénio de 2014 a 2017.

5.2. FACTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após a data de encerramento do exercício, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a sentença da do Tribunal da 1ª Instância e do Tribunal da Relação, que condenaram o BPI a ressarcir o Município de Pombal pelo desvio de dinheiro levado a cabo por ex-funcionário.



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Ano financeiro de 2013



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
Ano financeiro de 2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **CONSOLIDADAS**



6. BALANÇO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE POMBAL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	EXERCÍCIOS			
	N			N - 1
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	58.295	0	58.295	37.013
Edifícios	0	0	0	0
Outras construções e infraestruturas	85.792.435	25.211.370	60.581.065	1.614.373
Bens do património histórico, artístico e cultural	4.460	0	4.460	300
Outros bens de domínio público	0	0	0	0
Imobilizações em curso	23.810.963	0	23.810.963	36.309.042
Adiantamentos por conta de bens de domínio publico	0	0	0	0
	109.666.153	25.211.370	84.454.783	37.960.728
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0	0	0	0
Despesas de investigação e desenvolvimento	0	0	0	0
Propriedade industrial e outros direitos	24.802	8.862	15.940	15.000
Imobilizações em curso	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0
	24.802	8.862	15.940	15.000
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	16.748.890	0	16.748.890	16.331.293
Edifícios e outras construções	75.827.844	3.530.536	72.297.308	68.514.472
Equipamento básico	6.032.052	3.566.814	2.465.238	2.110.341
Equipamento de transporte	3.820.949	3.184.661	636.288	583.066
Ferramentas e utensílios	961	263	699	830
Equipamento administrativo	3.450.986	2.644.866	806.120	795.014
Taras e vasilhames	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	2.033.806	1.175.769	858.037	936.199
Imobilizações em curso	17.967.320	0	17.967.320	5.594.144
Adiantamento por conta de imobilizações corporeas	0	0	0	0
	125.882.807	14.102.909	111.779.899	94.865.357
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	218.400	0	218.400	267.400
Outras aplicações financeiras	536	0	536	0
	218.936	0	218.936	267.400
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	136.284	0	136.284	136.371
Mercadorias	200	0	200	501
	136.484	0	136.484	136.872
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	68.592	0	68.592	61.337
Contribuintes, c/c	21.827	0	21.827	25.552
Utentes, c/c	1.089.532	0	1.089.532	1.274.134
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa...	1.159.931	1.158.561	1.370	6.017
Adiantamentos a fornecedores	2	0	2	300
Estado e outros entes públicos	215.505	0	215.505	105.508
Outros devedores	1.838.074	595.123	1.242.951	88.801
	4.393.462	1.753.683	2.639.779	1.561.649
Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
Depósitos em instituições financeiras	10.599.879	0	10.599.879	8.940.405
Caixa	7.341	0	7.341	2.877
	10.607.220	0	10.607.220	8.943.283
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	870.694	0	870.694	717.932
Custos diferidos	16.489	0	16.489	13.143
	887.183	0	887.183	731.075
<i>Total de amortizações.....</i>		39.323.141		
<i>Total de provisões.....</i>		1.753.683		
Total do activo.....	251.817.048	41.076.825	210.740.223	144.481.365



MUNICÍPIO DE POMBAL

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS:		
Património	37.524.870	26.145.631
Reservas Legais	3.504.780	3.213.387
Reservas estatutárias		
Outras Reservas		0
Resultados transitados	78.331.449	48.003.271
Resultado líquido do exercício	4.796.791	5.895.809
Total dos fundos próprios	124.157.890	83.258.099
PASSIVO:		
Provisões para riscos e encargos	745.129	577.604
	745.129	577.604
Dívidas a terceiros - Médio/longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	7.113.024	8.109.547
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0
	7.113.024	8.109.547
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos de c/ prazo	1.407.863	992.419
Fornecedores, c/c	569.721	606.842
Fornecedores - fact em recepção e conferência	988.236	399.160
Fornecedores de imobilizado, c/c	3.992.170	146.296
Estado e outros entes públicos	223.336	144.821
Administração autárquica	0	0
Outros credores	2.483.371	1.795.396
	9.664.697	4.084.933
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1.134.380	849.518
Proveitos diferidos	67.925.103	47.601.664
	69.059.483	48.451.182
Total do passivo	86.582.333	61.223.266
Total dos fundos próprios e do passivo	210.740.223	144.481.365

O Balanço Consolidado, quando comparado com o Balanço do Município de Pombal permite verificar o forte peso que representa este, com uma representatividade superior a 99%.



7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2013

	Exercício			
	N		N - 1	
CUSTOS E PERDAS				
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas:				
Mercadorias.....	1.101,01		1.591,19	
Matérias	269.491,97	270.592,98	262.544,52	264.135,71
Fornecimentos e serviços externos.....		9.212.728,46		9.589.127,72
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	7.047.254,81		5.970.892,27	
Encargos Sociais.....	1.772.486,32	8.819.741,13	1.303.036,82	7.273.929,09
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais.....		3.024.771,06		3.559.157,69
Amortizações do exercício.....		5.845.014,94		2.190.076,22
Provisões do exercício.....		504.610,40		514.602,38
Outros custos e perdas operacionais.....		43.830,90		35.651,02
(A).....		27.721.289,87		23.426.679,83
Custos e perdas financeiras.....		113.595,25		133.704,77
(C).....		27.834.885,12		23.560.384,60
Custos e perdas extraordinários.....		2.108.897,24		2.594.089,09
(E).....		29.943.782,36		26.154.473,69
Imposto sobre o rendimento do exercício.....		4.244,01		25.559,02
(G).....		29.948.026,37		26.180.032,71
Resultado líquido consolidado do exercício.....		4.796.791,02		5.895.809,29
(X).....		34.744.817,39		32.075.842,00
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Mercadorias.....	6.573,92		10.736,78	
Produtos.....	1.294.989,05		1.336.564,66	
Prestações de serviços.....	4.418.526,74	5.720.089,71	4.594.947,51	5.942.248,95
Impostos e taxas.....		9.603.657,72		8.260.226,57
Variação da produção.....				
Trabalhos para a própria entidade.....				
Proveitos suplementares.....		32.542,83		8.237,80
Transferências e subsídios obtidos.....		15.935.354,77		14.797.384,70
Outros proveitos e ganhos operacionais.....		2.112.440,70		2.130.420,75
(B).....		33.404.085,73		31.138.518,77
Proveitos e ganhos financeiros.....		51.471,57		22.867,00
(D).....		33.455.557,30		31.161.385,77
Proveitos e ganhos extraordinários.....		1.289.260,09		914.456,23
(F).....		34.744.817,39		32.075.842,00
RESUMO:				
Resultados operacionais: (B)-(A).....		5.682.795,86		7.711.838,94
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A).....		-62.123,68		-110.837,77
Resultados correntes: (D - C).....		5.620.672,18		7.601.001,17
Resultados antes de impostos: (F - E)		4.801.035,03		5.921.368,31
Resultado líquido consolidado do exercício (F - G)		4.796.791,02		5.895.809,29



8. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

O mapa que se segue, demonstra o mapa de fluxos de caixa (Recebimentos e Pagamentos) consolidados de operações orçamentais (alínea c) do nº 7 do Artº 75º da Lei 73/2013 de 03/09).

MUNICÍPIO DE POMBAL

FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RECEBIMENTOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		7.076.344,22
RECEITAS ORÇAMENTAIS		54.910.850,53
01 IMPOSTOS DIRECTOS	8.950.336,82	
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	226.459,41	
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	444.244,03	
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.203.984,71	
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.244.869,55	
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	6.178.416,03	
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.561,11	
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	116.258,40	
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.950.462,64	
12 PASSIVOS FINANCEIROS	485.257,83	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES.....	30.205.000,66	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL.....	23.551.978,87	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS	1.153.871,00	
TOTAL		61.987.194,75

PAGAMENTOS		
DESPESAS ORÇAMENTAIS		53.888.568,94
01 DESPESAS COM O PESSOAL	8.660.543,06	
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.694.777,91	
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	93.435,35	
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.924.861,33	
05 SUBSÍDIOS	133.935,94	
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	645.415,57	
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	30.711.059,79	
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.810.316,35	
09 ACTIVOS FINANCEIROS	3.672,22	
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.210.551,42	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	20.152.969,16	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	33.735.599,78	
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE.....		8.098.625,81
TOTAL		61.987.194,75



MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		7.076.344,22	Despesas orçamentais		53.888.568,94
Execução orçamental	7.076.344,22		Correntes	20.152.969,16	
			Capital	33.735.599,78	
Receitas orçamentais		54.910.850,53			
Correntes	30.205.000,66		Saldo para a gerência seguinte ...		8.098.625,81
Capital	23.551.978,87				
Outras	1.153.871,00		Execução orçamental	8.098.625,81	
Total		61.987.194,75	Total		61.987.194,75

O saldo para a gerência seguinte no valor de € 8.098.625,81, reflecte o saldo de disponibilidades em operações orçamentais, excluindo portanto o saldo de Operações Não-Orçamentais (Operações de Tesouraria) no valor de € 2.508.594,04, e que no Balanço Consolidado, ambos se encontram inscritos na rubrica "Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa", pelo valor total de € 10.607.219,85

9. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

9.1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

a) O perímetro de consolidação do Município de Pombal integra as seguintes entidades:

- Denominação: Município de Pombal
- Sede: Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
- Número de Trabalhadores: 441
- Denominação: PMUGest, E.E.M.
- Sede: Rua do Lourical, 21 r/c, 3100-428 Pombal
- Participação no capital: 100%
- Número de Trabalhadores: 64
- Denominação: Pombal Prof – Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda
- Sede: Parque Industrial Manuel da Mota, Apartado 165 - 3105-902 POMBAL
- Participação no capital: 49 %
- Número de Trabalhadores: 32

Com a entrada em vigor a 01 de Janeiro de 2014, da Lei 73/2013 de 03/09 que revogou a Lei 02/2007 de 15/01, o Município de Pombal adoptou as regras de consolidação patentes no seu Artº 75º, aplicando-as já para o ano económico de 2013. Nesses termos, e pela primeira vez, a entidade PombalPProf - Soc. de Educação e Ensino Profissional, Lda passou a integrar o perímetro de consolidação do Município de Pombal.

b) Denominação, sede e proporção do capital detido das entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação: Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
- Sede: Quinta do Banco - Parceiros - Apartado 157 - 2416-902 LEIRIA
- Participação no capital: 9,52%
- Denominação: Coimbra Vita – agencia de Desenvolvimento Regional, SA
- Sede: Rua Capitão Luís Gonzaga, 74 - 3000-095 COIMBRA
- Participação no capital: 2,95 %
- **Nota:** A entidade encontra-se em processo de liquidação desde 2012.
- Denominação: Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
- Sede: Av. dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54 - Apartado 684, 3800-365 AVEIRO
- Participação no capital: 0,04 %
- Denominação: MAPICENTRO-Soc. Abate, Com., Transf. Carnes Subprodutos, S.A
- Sede: Apartado 534 - Ponte das Mestras - 2401-975 LEIRIA
- Participação no capital: 0,01 %



9.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

- a) Em 31 de Dezembro de 2013 não existiam casos em que aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;
- b) No exercício em análise, não existem situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efectuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;
- c) Não ocorreram alterações, no decurso do exercício de 2013, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

9.3. - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

- a) Identificação da fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Todas as entidades foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido no POCAL, ao qual acrescem as orientações definidas na Orientação n.º 1/2010, publicitada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho.

Para efeitos de aplicação deste método, adoptou-se o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 15, "Investimentos em subsidiárias e consolidação", publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade deste subsector.

No que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação, a NCRF 15 remete para a NCRF 14 "Concentrações de actividades empresariais", publicada também através do referido Aviso, e da qual resultam que os valores contabilísticos das participações no capital estatutário/social das entidades de natureza empresarial compreendidas na consolidação são compensados pela proporção que representam nos capitais próprios dessas entidades. Essa compensação foi efectuada com base nos respectivos valores contabilísticos à data do início do exercício em que tais entidades foram incluídas pela primeira vez na consolidação.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam os activos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio e os resultados das entidades incluídas na consolidação como se se tratasse de uma única entidade, tendo sido eliminados, nomeadamente, as seguintes operações internas:

- Os créditos/dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- Os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efectuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- As operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação;

- Os resultados provenientes das operações efectuadas entre as entidades compreendidas na consolidação.

b) Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável.

c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Não foi utilizada a faculdade prevista no ponto IV) da alínea a) do item do 3.5.4.1. das instruções de Consolidação do SATAPOCA;

e) Entre a data do balanço do Município e a data do balanço consolidado não ocorreram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Comparativamente a 2012, em 2013 o perímetro de consolidação incluiu mais uma entidade – Pombal Prof. No entanto, atendendo ao seu reduzido impacto em termos consolidados, a comparabilidade das demonstrações financeiras não é colocada em causa.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos activos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável.

h) Não ocorreram casos excepcionais relacionados com a utilização da faculdade prevista na alínea b) do item 3.5.2.1. das instruções de consolidação do SATAPOCAL;

i) A opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial é a de contabilização pelo custo histórico, não tendo sido efectuados qualquer reconhecimento de equivalências patrimoniais.

9.4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No ano de 2013, a situação do Grupo Público face ao endividamento de médio e longo prazo é a seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MÉDIO / LONGO PRAZO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros de médio / longo prazos b)			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	POMBALPROF,LDA		
1	2	3	4	5=2+3+4	6
2312 - POCAL / 251 - SNC	7.113.024			7.113.024	7.113.024
Total	7.113.024		0	7.113.024	7.113.024

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos.

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

9.5. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No ano de 2013, a divida total consolidada de operações orçamentais (não inclui Operações de Tesouraria) calculada de acordo com o nº 2 do Artº 52º da Lei 73/2013 de 03/09, abatido dos créditos/débitos existentes entre as entidades, desagrega-se no quadro seguinte:

MUNICÍPIO DE POMBAL

DIVIDA TOTAL CONSOLIDADA DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANO 2013

Código / designação das contas a)	Dividas a terceiros b)			Eliminação de créditos / dívidas recíprocos	Grupo Autarquico consolidado
	MUNICÍPIO DE POMBAL	PMUGEST, EMM	POMBALPROF,LDA		
1	2	3	4	5=2+3+4	6
Divida media / longo prazo					
Empréstimos Bancarios	8.109.149			8.109.149	8.109.149
Divida de curto prazo					
Empréstimos Bancarios			411.738	411.738	411.738
Fornecedores c/c	5.552.771	30.120,85	119.056	5.701.948	5.550.128
Outros credores	33.688	2.696,65	69.886	106.271	106.271
Total	13.695.608		600.680	14.329.105	14.177.285

a) a desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - de curto e de médio / longo prazo

b) a desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

9.6. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

Os fluxos financeiros entre as entidades a consolidar, na óptica do Município, desagregam-se de acordo com o seguinte quadro:

MUNICÍPIO DE POMBAL

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES A CONSOLIDAR

ANO 2013

Tipo de Fluxos	Município de Pombal / PMUGEST, EMM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios	0,00	153.619,71		149.335,59	4.284,12					
Empréstimos										
Relações Comerciais	48.317,89	641.840,45		556.914,05	133.244,29	8.923,94	96.876,09		91.508,16	14.291,87
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros										
Total	48.317,89	795.460,16		706.249,64	137.528,41	8.923,94	96.876,09		91.508,16	14.291,87

Não houve, durante o ano de 2013, fluxos financeiros entre o Município e a participada PombalProf.

9.7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Não foram efectuados quaisquer ajustamentos por eventuais existências de diferentes critérios de valorimetria, nomeadamente do que diz respeito a amortizações, aos ajustamentos e às provisões, mantendo-se os critérios utilizados pelas diferentes entidades, por se considerarem com critérios homogêneos e/ou com impacto imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas.

- b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

9.8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

- a) Comentário das rubricas “despesas de instalação e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;

As duas entidades abrangidas pelo perímetro da consolidação não apresentam valores nestas rubricas.

- b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Conforme mapas anexos:

Mapa do activo bruto consolidado;

Mapa de amortizações consolidado;

- c) Não foram suportados custos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

- d) Montante de ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;

Não existiram ajustamentos a activos abrangidos na consolidação objecto de amortizações e de provisões extraordinárias.

- e) Indicação global, por categoria de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado;

Não existem diferenças materialmente relevantes.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;

Não aplicável.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes da flutuação de valor;

Não aplicável.

- h) Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

- i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;

Não aplicável.

- j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades:

Conforme mapa anexo - Mapa das vendas e prestações de serviços consolidados

- k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no presente manual e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuadas com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

- l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para determinação de impostos futuros;

Não aplicável.

- m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Não aplicável.

- n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

No ano de 2013 ficou concluído o processo de inventariação e valorização do património municipal, em especial no que concerne a bens de domínio público (redes de água, redes de saneamento, estradas e cemitérios). Foram inventariados 5.310 bens, distribuídos por 4.776 bens móveis com destaque para os 3.582 contentores de recolha de RSU e 534 bens imóveis, com destaque para 40 terrenos, 8 Edifícios e 486 infraestruturas, o que originou uma aumento dos imobilizados brutos em cerca de 88 milhões de euros (incluindo neste valor as transferências de imobilizados em curso para imobilizado "firme").

Após o trabalho de inventariação, o município procedeu à atualização do seu programa de imobilizado, atendendo aos valores de avaliação efetuada, a qual foi executada de acordo com critérios devidamente definidos pelos vários serviços envolvidos no processo.

Pela primeira vez, o Município pôde apresentar o inventário dos bens de domínio público que abrangeu as redes de Água e de Saneamento, Rede Viária classificada e os Cemitérios propriedade do Município, muitos deles já com uma utilização bastante longa.

No restante, o Município tem sabido manter o inventário municipal, devidamente actualizado, atendendo aos valores de avaliação efectuada, os quais tinham como referência, o ano de 2010.

- o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Consta no relatório do inventário dos bens de domínio publico, submetido a Câmara Municipal em 23/04/2014 e a Assembleia Municipal em 30/04/2014.

- p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

- q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Conforme mapa anexo – Demonstração dos resultados financeiros consolidados.

- r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Conforme mapa anexo – Demonstração dos resultados extraordinários consolidados.

- s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Conforme Mapa anexo.

9.9. INFORMAÇÕES DIVERSAS

- a) Não existem outras informações relevantes exigidas por diplomas legais;
- b) Não existem outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) As entidades integrantes do perímetro de consolidação que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, asseguraram a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.
- d) Não foram reconhecidos interesses minoritários no Balanço consolidado. Apesar de a participação financeira direta na Pombal Prof ser de 49%, atendendo ao facto de que o capital próprio dessa sociedade se apresenta negativo, a 31 de Dezembro de 2013, não haverá lugar ao reconhecimento de interesses minoritários.

9.10. LANÇAMENTO DE ANULAÇÃO DOS MOVIMENTOS REALIZADOS ENTRE AS ENTIDADES:

9.10.1. OPERAÇÕES ANULADAS

Na consolidação de contas foram anulados as seguintes transacções existentes em 2013 entre o Município de Pombal, PMUGEST, EEM.

Com a PombalProf, o Município não efectuou nenhuma transacção:

	Lançamento a débito	Lançamento a crédito
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas:		97.313,51
Fornecimentos e serviços externos		641.840,45
Transferências e sub. Correntes concedidos e prestações sociais		153.619,71
Vendas e Prestações de serviços	892.773,67	
Total	892.773,67	892.773,67

9.10.2. SALDOS ANULADOS

Os seguintes saldos finais existentes entre as entidades do perímetro de consolidação foram igualmente anulados, para efeitos da consolidação de contas:

	Lançamento a débito	Lançamento a crédito
Clientes c/c		162.994,09
Utentes c/c		14.291,87
Fornecedores c/c	126.756,12	
Fornecedores c/fact em recepção e conferencia	25.064,16	
Fornecedores c/ depósitos de garantia	25.465,68	
Total	177.285,96	177.285,96



9.10.3. ANULAÇÃO DO VALOR DO INVESTIMENTO FINANCEIRO

O valor do investimento financeiro registado no Balanço do Município de Pombal, relativamente à sua participação na PMUGEST, EEM, no valor total de € 325.000,00 e na PombalProf no valor € 49.000,00 correspondente a 49% de participação no capital, foi anulado em contrapartida da conta de Património, para efeitos de consolidação de contas.

Os restantes 51% do capital da PombalProf, detido por outras entidades, foi transferido para a conta de Resultados Transitados

As reservas legais constituídas por ambas as entidades consolidadas, nos termos da lei, no valor total de € 22.868,62,92 e € 9.971,68, mais as reservas livres no valor de € 119.448,93, foram transferidas para Resultados Transitados.

9.10.4. SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES:

No quadro abaixo resume-se o valor global dos fluxos financeiros realizados entre o Município de Pombal e a PMUGest nos últimos quatro anos.

A PombalProf, por se ter iniciado a consolidação das suas contas a partir de 2013, e não existindo qualquer fluxo financeiro com o Município nesse período, não releva para o quadro abaixo.

Quadro – Fluxo Financeiros entre Município de Pombal e PMUGEST- Ano de 2010/2011/2012/2013;

Ano de 2010	879.374,14
Ano de 2011	949.140,48
Ano de 2012	750.908,39
Ano de 2013	892.773,67

Em 2011, verificou-se um aumento de 7,93 % nos fluxos financeiros entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, tendo em 2012, invertido a situação, com menos 20% relativamente a 2011, recuperando novamente em 2013, com um aumento de 19%



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
Ano financeiro de 2013

MUNICÍPIO DE POMBAL

MAPA DO ACTIVO BRUTO CONSOLIDADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aquisições / Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público:	38.106.913		100.561.493		29.002.253	109.666.153
Terrenos e recursos naturais	37.013		21.282			58.295
Edifícios	0		0			0
Outras construções e infra-estruturas	1.760.557		84.031.878			85.792.435
Bens do património histórico, artístico e cultural	300		4.160			4.460
Outros bens de domínio público			0			
Imobilizações em curso	36.309.042		16.504.174		29.002.253	23.810.963
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
Imobilizações Incorpóreas:	24.802					24.802
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	9.802					9.802
Trespases	15.000					15.000
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
Diferenças de consolidação						
Imobilizações Corpóreas:	107.016.550		24.831.864		5.965.607	125.882.807
Terrenos e recursos naturais	16.331.293		556.710		139.113	16.748.890
Edifícios e outras construções	71.135.754		5.718.710		1.026.620	75.827.844
Equipamento básico	5.242.576		826.466		36.990	6.032.052
Equipamento de transporte	3.590.439		230.510			3.820.949
Ferramentas e utensílios	961		0			961
Equipamento administrativo	3.206.578		286.762		42.354	3.450.986
Taras e vasilhame			0			
Outras imobilizações corpóreas	1.914.804		121.923		2.921	2.033.806
Imobilizações em curso	5.594.145		17.090.783		4.717.608	17.967.320
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
Investimentos Financeiros:	218.936					218.936
Partes de capital	218.400					218.400
Obrigações e títulos de participação						
Empréstimos de financiamento						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras	536					536
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total	145.367.201	0	125.393.357	0	34.967.860	235.792.699



MUNICÍPIO DE POMBAL

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens de Domínio Público:	146.183	25.065.186	0	25.211.370
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	146.183	25.065.186		25.211.370
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
Imobilizações Incorpóreas:	2.585	6.278	0	8.862
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	2.585	6.278		8.862
Trespases				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
Diferenças de consolidação				
Imobilizações Corpóreas:	10.931.327	3.257.259	-85.677	14.102.909
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2.573.094	984.969	(27.527)	3.530.536
Equipamento básico	2.414.235	1.170.997	(18.418)	3.566.814
Equipamento de transporte	2.883.156	301.505		3.184.661
Ferramentas e utensílios	131	131		263
Equipamento administrativo	2.129.258	554.037	(38.429)	2.644.866
Taras e vasilhame	0	0		0
Outras imobilizações corpóreas	931.452	245.620	(1.303)	1.175.769
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
Total	11.080.095	28.328.723	(85.677)	39.323.141

MUNICÍPIO DE POMBAL

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Mercado Interno		Mercado Externo	
	EXERCÍCIOS		EXERCÍCIOS	
	N	N-1	N	N-1
Vendas	1.301.563	1.347.301		
Prestações de Serviços	4.418.527	4.594.948		
Total	5.720.090	5.942.249		



MUNICÍPIO DE POMBAL
Câmara Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
Ano financeiro de 2013

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
681 - JUROS SUPOSTADOS	94.970	123.254	781 - JUROS OBTIDOS	8.693	15.455
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	42.778	7.412
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
686 - PARTICIP. NA AMORTIZ. DE EMPR. OUTR. ENTIDADES			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLIC. DE TESOURARIA	18.625	10.450	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS			788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
RESULTADOS FINANCEIROS	-62.124	-110.838			
	51.472	22.867		51.472	22.867

MUNICÍPIO DE POMBAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS CONSOLIDADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1		N	N-1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	1.814.322	2.580.639	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	3.301	3.657	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIAS	32.139	14.393
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	13.515	4.662	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	120.555	111.186
695 - MULTAS E PENALIDADES	15		795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	105.554	75.971
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	163.012	118.134
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	16.072		797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	65.559	248.385
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	261.672	5.131	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	802.442	346.387
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	-819.637	-1.679.633			
Total	1.289.260	914.456	Total	1.289.260	914.456

MUNICÍPIO DE POMBAL

DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS CONSOLIDADOS

ANO 2013

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para aplicação de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas	1.586.662,32	190.026,65	23.005,51	1.753.683,46
Provisões para riscos e encargos	577.603,98	317.274,80	149.750,12	745.128,66
Provisões para depreciação de existências				
Provisões para investimentos financeiros				
Total ...	2.164.266,30	507.301,45	172.755,63	2.498.812,12

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2013

ENCERRAMENTO

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2013, que se contêm em 35 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Pombal, realizada em 24 de Junho de 2014.

O Presidente,

(Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Dr.)

Os Vereadores:

(Adelino Gonçalves Mendes, Dr.)

(Ana Cristina Jorge Gonçalves, Dr^a.)

(Fernando Manuel Pinto Parreira, Dr.)

(Jorge Marques dos Santos Claro, Eng^o.)

(Pedro Filipe da Silva Murtinho, Eng^o.)

(Catarina Pascoal da Silva, Dr^a.)

(Marlene Vaz Matias, Dr^a.)

(Luís Renato Guardado Marques, Arq^o)

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2013, que antecedem e se contêm em 35 páginas, incluindo esta, devidamente numeradas, mereceram aprovação da Assembleia Municipal de Pombal, em sua sessão ordinária do dia 27 de Junho de 2014.

O Presidente,

(Narciso Ferreira Mota, Eng^o)

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

(Carlos Alberto Ferreira da Silva)

(Paula Cristina Lopes Dias Silva, Dr^a.)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Pombal**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 210.740.223 euros e um total de fundos próprios consolidados de 124.157.890 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 4.796.791 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Pombal** em 31 de Dezembro de 2013, e o resultado consolidados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfase

8. Tal como está devidamente divulgado, o município concluiu em 2013 o processo de atualização do seu cadastro patrimonial, do qual resultou um aumento líquido de cerca 35,9 milhões de euros nos fundos próprios, em virtude do aumento de cerca 57,4 no imobilizado bruto e do aumento de 21,5 milhões de euros nas amortizações acumuladas. No mesmo processo, foram ainda transferidos para imobilizações corpóreas e para bens de domínio público, todos os valores de obras já concluídas, no ano e em anos anteriores, e cujos valores se encontravam em imobilizações em curso para, num total de cerca 33,1 milhões de euros.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Leiria, 20 de junho de 2014

LCA, SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614

